

ANALISANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA CRECHE FILANTRÓPICA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA

Sibeli Pinheiro Lima

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB
sibeli.pinheiro@gmail.com

Ana Lúcia Santos Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
ubatense@yahoo.com.br

Resumo: A partir da década de 90, muitas foram as políticas implementadas para a Educação Infantil, mas resta saber como as instituições têm implementado as normatizações, a fim de garantir espaços em que sejam favorecidas mediações que coloquem a criança na centralidade do processo de aprendizagem, com ênfase no cuidar-educar-brincar. Este trabalho tem como objetivo analisar os espaços, tempos e as práticas desenvolvidas em uma instituição filantrópica de Educação Infantil do município de Jequié/BA. Utilizamos a observação e registro como técnicas de coleta de dados. A análise dos dados demonstrou que as concepções tradicionais de creche, criança e educação infantil tem influenciado as práticas dos professores, os quais, ainda concebem o trabalho com as crianças em uma ótica assistencialista e domesticadora. Portanto, reconhecemos que a implementação das novas políticas e concepções sobre a educação infantil, perpassa por uma gama de fatores, inclusive pela formação docente.

Palavras-chave: Infância. Cidadania. Educação.

Introdução

Em um país de território tão vasto, como o Brasil, a Educação Infantil ainda é marcada por desigualdades regionais e socioeconômicas. Rosemberg (2014), analisa que no quesito políticas públicas para a Educação Infantil, há muito o que fazer, mas muito já foi feito para garantir a qualidade na educação para a infância. Embora essa etapa de escolaridade venha sendo amplamente discutida nas últimas décadas, em que se busca a concretização de práticas que concebam a criança como sujeito de direitos, produtor de cultura, os desafios são numerosos e gigantescos. Nesse contexto,

o grande desafio para implementar uma Educação Infantil democrática e de qualidade no Brasil não depende de melhores diretrizes ou normatização mais ampla e abrangente, mas sim enfrentar o descompasso entre esse ideal, contemporâneo e sofisticado, e o real da prática cotidiana... (ROSEMBERG, 2014, p. 174).

Busca-se nesse contexto, colocar na centralidade dos espaços de educação infantil, ações fundamentadas no tripé educar-cuidar-brincar. Posto que:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (BRASIL, 1998a, p. 21).

No que diz respeito ao trabalho nas creches, pesquisas e documentos legais (BRASIL, 1998a, BRASIL 1998b; BRASIL, 1999; CAMPOS; ROSEMBERG, 1999), tem colocado em evidência a necessidade de garantia de práticas educativas que auxiliem no processo de desenvolvimento integral da criança, respeitando as suas especificidades histórico-sociais.

Nesse sentido, as creches devem ser/ter espaços estruturados, com vistas ao desenvolvimento da imaginação, criatividade, afetividade, corpo, cultura, emoções, etc. das crianças. Porém, muitas vezes, as concepções arraigadas no imaginário dos adultos/professores de crianças e na forma como estes organizam os espaços, denotam desconsideração às especificidades infantis, desrespeito à infância e conseqüentemente, finalidades de engessamento do corpo e da imaginação das crianças.

Este trabalho tem como objetivo analisar a rotina de uma turma de Educação Infantil em uma instituição filantrópica de Jequié/BA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo. Utilizamos a observação e registro como técnicas de coleta de dados durante um turno de atividades com crianças de 03 e 04 anos de idade. A seguir, apresentamos os dados coletados e os discutimos à luz de documentos legais e autores que tratam de questões ligadas a: rotina e organização de espaços em educação infantil, planejamento, prática pedagógica e formação de professores.

A instituição: apontamentos iniciais

A creche em questão é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que presta serviços a famílias carentes, de um bairro do município de Jequié/BA. Sendo criada com vistas ao desenvolvimento de um trabalho social, contou com a ajuda de pessoas ligadas a um grupo religioso para dar os seus primeiros passos. No começo, apenas idosos e crianças eram beneficiados onde, além de participarem de palestras educativas, ganhavam cestas básicas.

No início, o crescimento dos trabalhos foi lento, entretanto, aos poucos, o projeto foi ampliando sua área de atuação e passou também a ajudar gestantes carentes, oferecendo palestras para as mães de primeiro(a) filho(a), atendimento médico e assistencial. Com o tempo, o projeto foi oferecendo mais benefícios para a população carente como a inclusão de cursos e oficinas profissionalizantes, além de visitas quinzenais aos lares de deficientes físicos e idosos carentes para entrega de cestas básicas.

Devido ao crescimento das atividades realizadas, o trabalho que era essencialmente social, passou a ter finalidades educativas, e assim, a instituição criou um espaço de creche, passando então, a atender crianças de quatro meses a quatro anos, em turno integral, além do acompanhamento com as gestantes, entrega de cestas básicas e os atendimentos médico e assistencial.

Partindo do histórico da instituição, é possível compreender o sentido de sua existência e o quanto isso afeta diretamente nas intenções e funcionalidade da creche. Toda a rotina da creche é pensada a partir do horário da alimentação e banho que não podem faltar. Desse modo, há evidências de fortes conotações da concepção assistencialista, em que a creche é vista como local de guarda de crianças de mães trabalhadoras.

Grande parte dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente

de seus profissionais e alta proporção de crianças por adulto (BRASIL, 1998a, p.17).

Na instituição, as crianças recebem quatro alimentações e dois banhos durante todo o período. No que se refere à higiene, podemos perceber que a creche observada atende ao critério definido pelo MEC/SEB, é evidente a concretização do primeiro critério, “de manter o corpo da criança cuidado, limpo e saudável” (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p. 19), isso devido ao próprio caráter assistencialista da instituição. Em relação à alimentação, por depender de doações, nem sempre há diversidade no cardápio, sendo difícil atender ao que recomenda os critérios do MEC/SEB sobre a alimentação das crianças em creche.

O espaço da creche é pequeno, contrariando um dos critérios definidos pelo MEC/SEB, que diz que as “crianças têm direito ao movimento em espaços amplos” (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p. 23). Um dos critérios diz respeito ao descanso das crianças, quando reitera que “as crianças têm direito a lugares adequados para seu descanso e sono” (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p. 17), no entanto, o que foi verificado na creche observada é um tecido em cima do tapete de EVA para as crianças dormirem durante a “hora do sono”. Estando elas com sono ou não, precisam permanecer em silêncio, no escuro, até que acabe o horário determinado para o descanso. Embora a rotina de creche necessite de horário para o sono das crianças, esse deve ocorrer de acordo às particularidades das mesmas. Sobre esses aspectos, o RCNEI, vol 2, preconiza que;

Os horários de sono e repouso não são definidos *a priori*, mas dependem de cada caso, ou de cada tipo de atendimento. A frequência em instituições de educação infantil acaba regulando e criando uma constância. Mas é importante que haja flexibilidade de horários e a existência de ambientes para sono ou para atividades mais repousantes, pois as necessidades das crianças são diferentes. Desaconselha-se manter os bebês e crianças que estão dormindo, ou desejando fazê-lo, em ambientes muito claros ou ruidosos e recomenda-se prever brincadeiras, atividades, materiais e ambiente adequado para aqueles que não querem dormir no mesmo horário (BRASIL, 1998b, p. 60).

A creche possui três salas de aula (berçário, maternal I e Maternal II), sala de atendimento médico, sala de atendimento odontológico, banheiro, refeitório e sala da presidente. Um espaço externo nos fundos que as crianças não utilizam e uma área externa coberta na frente. Nenhuma das áreas externas possui um espaço significativo para as crianças brincarem e se desenvolverem,

muito menos área verde, sendo que um dos critérios para atendimento em creche se refere “ao direito da criança em ter contato com a natureza” (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p. 18). As salas possuem tapete de EVA e, especificamente no berçário, possui berços com grades e, no maternal II, mesas e cadeiras do tamanho adequado para as crianças, além da TV com DVD em todas as salas para distrair as crianças.

As crianças passam bastante tempo na sala, assistem DVD e brincando livremente, nos horários determinados. Sendo que “os brinquedos devem estar disponíveis às crianças em todos os momentos, e guardados em locais de livre acesso” (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p. 14), segundo os critérios do MEC/SEB. Mas, infelizmente, na creche visitada, as crianças têm horário para brincar com os brinquedos e precisam aguardar o momento certo. Já no espaço externo, a informação é de que as crianças brincam livremente com os brinquedos. A brincadeira é a linguagem da criança e por isso, o brincar deve ser intrínseco ao cotidiano das creches, para propiciar o desenvolvimento das crianças de maneira plena.

Corsino (2009, p. 06), afirma que “a brincadeira é uma forma particular de comunicação, de prazer, de recreação, espaço onde as crianças podem agir por conta própria, tomar decisões, transgredir, dar novo sentido às coisas”. Desse modo, a brincadeira exerce um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, pois.

favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil.

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características (BRASIL, 1998a, p. 27).

Vale ressaltar, no entanto, que as brincadeiras devem ser variadas: jogos, faz-de-conta, brincar livre, etc. e por isso, sua realização, depende em grande medida, da estruturação do adulto/professor, pois “é o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças” (BRASIL, 1998a, p. 28). De fato, o professor deve organizar as situações de brincadeiras, “por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar” (BRASIL, 1998a, p. 28).

No que tange aos aspectos mais ligados à educação, foi observado que são realizadas apenas duas atividades de cunho mais pedagógico durante todo o período em que as crianças passam na creche, uma pela manhã e outra no período da tarde. Sendo que pela manhã há uma equipe responsável e a tarde outra equipe. Com isso, não há uma sequência no trabalho pedagógico, cada professor trabalha de forma diferente. Isso denota que a instituição coloca a educação num patamar de inferioridade em relação ao cuidado, quando ambas as dimensões, deveriam estar articuladas.

Segundo o Art. 4º da Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil,

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, a educação deve permear todas as atividades das creches, isso significa que o educar deve perpassar todos os espaços, as relações e as ações entre crianças-crianças e crianças-adultos. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, educar é uma atividade ampla.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998a, p. 23).

Foi notório que o cuidado é o foco principal da creche, se preciso for, as crianças recebem quantos banhos forem necessários para que sejam entregues limpas e cheirosas aos pais. No entanto, não há essa mesma preocupação com o processo pedagógico já que esse nunca foi o objetivo principal da instituição. Mas hoje em dia, as creches deveriam tratar ambos, cuidar/educar, com a mesma importância.

O termo cuidar traz a ideia de preservação da vida, de atenção, de acolhimento, envolvendo uma relação afetiva e de proteção. Cumpre o papel de propiciar ao outro bem-estar, segurança, saúde e higiene. Já o termo educar tem a conotação de orientar, ensinar, possibilitar que o outro se aproprie de conhecimentos e valores que favoreçam seu crescimento pessoal, a interação e a transformação do seu meio físico e social (DIAS, 2007, p.52).

Não existe uma diretora, e sim uma presidente na instituição. E esta, apesar das suas boas intenções assistenciais, não tem muita preocupação com a educação das crianças. Hoje em dia, apesar do número baixo de atividades realizadas pelas crianças, o pouco que se faz na instituição, embora bastante desarticulado e sem demonstração de intencionalidade pedagógica, já é um avanço, pois antigamente, essas atividades eram ausentes dos espaços das creches. A pouca ênfase na produção de conhecimento nas interações entre adultos-crianças, faz com que, normalmente, as crianças saiam da creche com pouco conhecimento escolar, para ingresso no ensino fundamental. Crianças que não vivenciam interações significativas nas creches, tem geralmente, prejuízos no desenvolvimento motor, cognitivo, estético, social.

Analisando aspectos da rotina

A pesquisa de observação foi realizada no turno vespertino, das 13:00 às 17:00, no dia 07/07/2017, na sala do Maternal II (03 a 04 anos), que possui 15 crianças, sendo que dois faltaram e um saiu mais cedo para ir ao médico. A professora da turma tem formação em Biologia, sendo o segundo ano de trabalho na instituição, no dia da pesquisa, faltou, mas havia deixado todas as atividades encaminhadas para que a estagiária e a auxiliar de classe desenvolvessem. De acordo com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, (9394/96), a formação para atuar na educação básica, deve ser realizada nos cursos de licenciatura plena.

A formação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, fica a cargo do curso de licenciatura em Pedagogia, norma que foi ratificada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP 1/2006). Embora a lei apresente algum avanço para a formação de professores para a educação de crianças de 0 a 5 anos, “no entanto, contrariando as lutas de professores e organizações civis, a LDBEN/96 admite a formação desses profissionais em cursos oferecidos em nível médio ou no curso normal

superior” (PEROZA, MARTINS, 2016). Se admitir a formação na modalidade Normal em nível médio compromete a qualidade da Educação Infantil, quanto mais a atuação de professores sem formação específica. Questionamos, desse modo, a atuação de uma professora de Biologia nessa etapa de ensino, na instituição em questão. Sobre a formação de professores para a Educação Infantil, consta no Referencial Curricular para a Educação Infantil, que

faz-se necessário que estes profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço. Assim, o diálogo no interior da categoria tanto quanto os investimentos na carreira e formação do profissional pelas redes de ensino é hoje um desafio presente, com vista à profissionalização do docente de educação infantil (BRASIL, 1998a, p. 41).

Percebemos, que de fato, a formação docente ainda é um grande desafio a enfrentar e além disso, é premente a necessidade de cumprimento da lei por parte dos entes federados e das instituições filantrópicas, que muitas vezes, contratam professores sem a devida formação.

Às 13:30 as crianças já estavam acordadas e foram lanche. Após o lanche, retornaram para a sala e formaram a rodinha, onde a estagiária me apresentou para a turma e apresentou cada uma das crianças. As crianças demonstraram curiosidade com a minha presença, uns ficaram tímidos e outros, logo puxaram assunto. Foi realizada a oração ecumênica, apesar da grande maioria das crianças serem de família evangélica. Logo após a oração, uma criança começou a cantar uma música que falava sobre a chuva, a estagiária, de forma surpreendente, se junta à criança e todas as demais cantaram juntas. Esse fato nos chamou atenção, pois sem dúvidas, representou um sinal de avanço, pois a criança foi respeitada em seu direito de participar das atividades. A estagiária, a todo o momento, escuta e conversa com as crianças. Pudemos perceber que a estagiária que assumiu a turma é muito atenta e atenciosa com as crianças, conversa e conhece cada uma delas, demonstra relação de afeto e cuidado com cada uma, as crianças sentam em seu colo e abraçam-na com frequência. A auxiliar não tem tanto contato e proximidade com as crianças, conversa pouco, limita-se à função de cuidadora, preocupada sempre em mantê-los em ordem, limpos e seguros.

Percebemos aqui a divisão e hierarquia de tarefas na Educação Infantil, em que o professor é quem se ocupa do educar e o auxiliar de classe, do cuidar. Esse trabalho não fragmentado representa uma visão deturpada do educador infantil.

Um menino relatou no momento da rodinha, que veio para a creche de ônibus, foi quando fui informada pela estagiária, que essa era a primeira vez que a criança falava na rodinha, pois sempre foi muito tímido e dificilmente conversava ou tocava nos colegas, mantendo-se sempre distante. Nesse dia, além de falar, observamos que ele se manteve próximo às outras crianças durante toda a tarde. Após conversar e ouvir as crianças, a estagiária lembrou o conteúdo que havia sido trabalhado durante toda a semana, no período da tarde – os sentidos. Lembrou o que é olfato passando um frasco de perfume para que cada criança sentisse o cheiro; lembrou do paladar ao comentar sobre o suco que eles haviam tomado na hora do lanche; da audição quando escutam a voz do colega, dando o exemplo de uma criança que falava alto e ria no momento; da visão quando enxergamos os colegas; e finalmente do tato, que possibilita sentir a pele macia dos colegas, pedindo a cada um para fazer carinho no colega ao lado. Depois mostrou a atividade do dia, planejada pela professora da turma, o desenho de uma criança fazendo carinho em um coelho para as crianças pintarem. O conteúdo do dia poderia ter sido melhor explorado pela estagiária e a sua auxiliar. Por se tratar do tato, elas poderiam apresentar superfícies de diferentes texturas para as crianças sentirem a diferença, como: lixa de unha, algodão etc. Explorando o próprio ambiente da escola para sentir diferentes texturas e temperaturas. A atividade, planejada pela professora, do desenho pronto para as crianças pintarem, não estimula a criatividade e imaginação das mesmas. Apesar de retratar o sentir/tato através da imagem, é insuficiente para as crianças compreenderem de fato, a função do tato, enquanto mecanismo de sentido. É preciso partir do concreto para as crianças compreenderem o abstrato, como fizeram com o perfume para que compreendessem o olfato.

Às 14:20, costuma ser a hora do brinquedo, no entanto, as crianças terminaram rapidamente a atividade e ficaram muito agitadas. Isso, pelo fato de ser apenas uma atividade simples de pintar. Segundo Dias (2007, p. 55), é necessário que as crianças “se sintam sempre desafiadas e não percam a relação prazerosa com a busca pela compreensão do mundo”. A estagiária preferiu fazer um cineminha, apagando as luzes para as crianças se acalmarem para a hora do banho. Nesse momento, ficou nítido que a preocupação maior da creche, inculcada em toda equipe, está no cuidado e não no educar/brincar. A estagiária também demonstrou preocupação das crianças estarem muito agitadas quando os pais vierem buscá-las. No entanto,

enquanto o filme passava, poucas crianças demonstravam interesse, a maioria delas corria e rolava pelo chão, enquanto a auxiliar tentava acalmá-los, colocá-los em ordem. Nesse momento, algumas crianças disseram que queriam brincar, mas o pedido foi negado, todos deveriam assistir ao filme naquele momento.

Percebemos aqui descon sideração às especificidades e necessidades infantis. A proposição de brincadeiras, com certeza, poderia ser mais produtiva do que a proposta do filme, já que as crianças desejavam se expressar por meio da linguagem corporal.

Às 15:00 iniciou o momento do banho das crianças, de modo que as mesmas eram chamadas de duas em duas e retornavam para a sala para as estagiárias colocarem o sapato, pentear os cabelos e passar perfume.

Chamou-nos atenção um fato que ocorreu às 15:25, quando uma criança pediu água, sendo que a estagiária serviu não apenas a criança, mas a todas que desejavam beber água, em um mesmo copo. Isso nos instigou, já que a creche é sempre tão preocupada com o cuidado e a higiene. Não houve aqui um cuidado com contágios como define os critérios para atendimento em creche “as crianças têm direito à prevenção de contágios e doenças” (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p. 19).

Após o banho, as crianças foram lanchar às 15:30 e logo após, retornaram para a sala para assistir mais DVD, sendo que não deveriam deixar as “crianças assistindo televisão por longos períodos” (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p. 22). A partir das 16:00 as crianças começam a ir embora, mas uma das delas, foi embora antes de lanchar porque a mãe insistiu em levar. Os pais não adentram à creche para buscar os filhos, já no portão informam o nome da criança e um funcionário avisa para as professoras/estagiárias, e uma delas encaminha a criança até a saída. Essa relação de distanciamento com os pais já é bastante questionada e para corrigir tal problema, a rede de creches e pré-escolas da cidade Reggio Emília, na Itália, fundamentada em princípios de Loris Malaguzzi, abre espaço para os pais levarem os filhos até os professores no horário de chegada e buscá-los na sala, no horário de saída. No Brasil, percebemos ainda, uma visão bem tradicional (hierarquizada, distante, verticalizada), em relação ao contato com a família das crianças de creches e pré-escolas.

Observamos que às 17:00 já não havia mais crianças na sala em que a observação foi realizada. Isso denota que os pais não atrasaram em buscar os filhos na instituição.

Considerações finais

Devido ao fato de a creche em questão ter sido fundada por uma entidade social ligada a uma instituição religiosa, com vistas ao desenvolvimento de trabalho social, visando o assistencialismo, a instituição está impregnada por uma concepção higienista de creche, baseada no cuidado em detrimento da educação e da brincadeira.

Não percebemos a preocupação em perceber a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura em todas as atividades.

Quando comparamos o trabalho na instituição com os Critérios para atendimento em creche, determinado pelo MEC/SEB, pouco pudemos perceber sobre a efetivação de ações pautadas na criança e suas necessidades, apenas no que diz respeito à higiene e alimentação, ainda assim, de modo parcial.

Observamos que as dificuldades da creche são muitas e os poucos recursos que possui é destinado aos cuidados das crianças e alimentação. As atividades escolares que hoje são realizadas, foi uma conquista das professoras da creche. Mas por enquanto, limitam-se a uma folha impressa para cada criança e, no dia observado, foi apenas um desenho para as crianças pintarem ao invés de uma atividade que estimulasse a criatividade, como um desenho livre, por exemplo. Assim como no dia observado, vi que durante a semana todas as crianças realizaram uma atividade de pintar no período da tarde.

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas (BRASIL, 1998a, p.17).

Eis o desafio que se impõe não apenas para esta instituição, mas para tantas outras espalhadas pelo Brasil: públicas, privadas, filantrópicas ou conveniadas, que ainda persistem em práticas que desconsideram os contextos e a singularidade da infância. A educação infantil é uma

etapa crucial na vida de um ser humano, o que ali ocorrer vai deixar marcas positivas ou negativas, que incidirão em toda a vida. Por isso, o professor precisa estar consciente da sua responsabilidade perante às crianças. Precisa assumir o compromisso político, social e pedagógico que a docência exige para não “destruir” as vidas que estarão sob sua responsabilidade no exercício de sua profissão.

A pesquisa evidenciou que há muito a fazer, muito a lutar por uma educação para crianças de 0 a 5 anos. Portanto, enquanto professores em formação e professores formadores, devemos atuar de modo responsável e transformador, pois será fazendo a nossa parte, cumprindo com o nosso papel de educadores conscientes e comprometidos politicamente com a formação das crianças que iremos contribuir para melhorar a realidade das creches do nosso país, sem deixar de lado, evidentemente, a luta por políticas públicas voltadas para a educação infantil.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. Manual, Volume 1, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. Manual, Volume 2, 1998b.

_____. Parecer nº 20/2009. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil**. MEC/CNE/CEB. Brasília. Mimeo, 2009.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 31/08/2017.

CAMPOS, M. M. Esta creche respeita criança: critérios para a unidade creche. IN: CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. ed. Brasília: MEC/SEB, 2009, p. 11-27.

CORSINO, P. (Org). **Educação Infantil:** cotidiano e políticas. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009 (Coleção educação contemporânea).

DIAS, F. R. T. S.; FARIA, V. L. B. **Currículo na Educação Infantil:** Diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. São Paulo: Scipione, 2007.

ROSEMBERG, F. Políticas públicas e qualidade da Educação Infantil. IN: SANTOS, M. O.; RIBEIRO, M. I. S. **Educação Infantil:** os desafios estão postos: e o que estamos fazendo? (Orgs.). Salvador: Soffset, 2014.

PEROZA, A. R.; MARTINS, P. L. O. A formação de professores para a educação infantil no limiar dos vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 50, p. 809-829, out./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/2860/2782>. Acesso em 31/08/2017.